

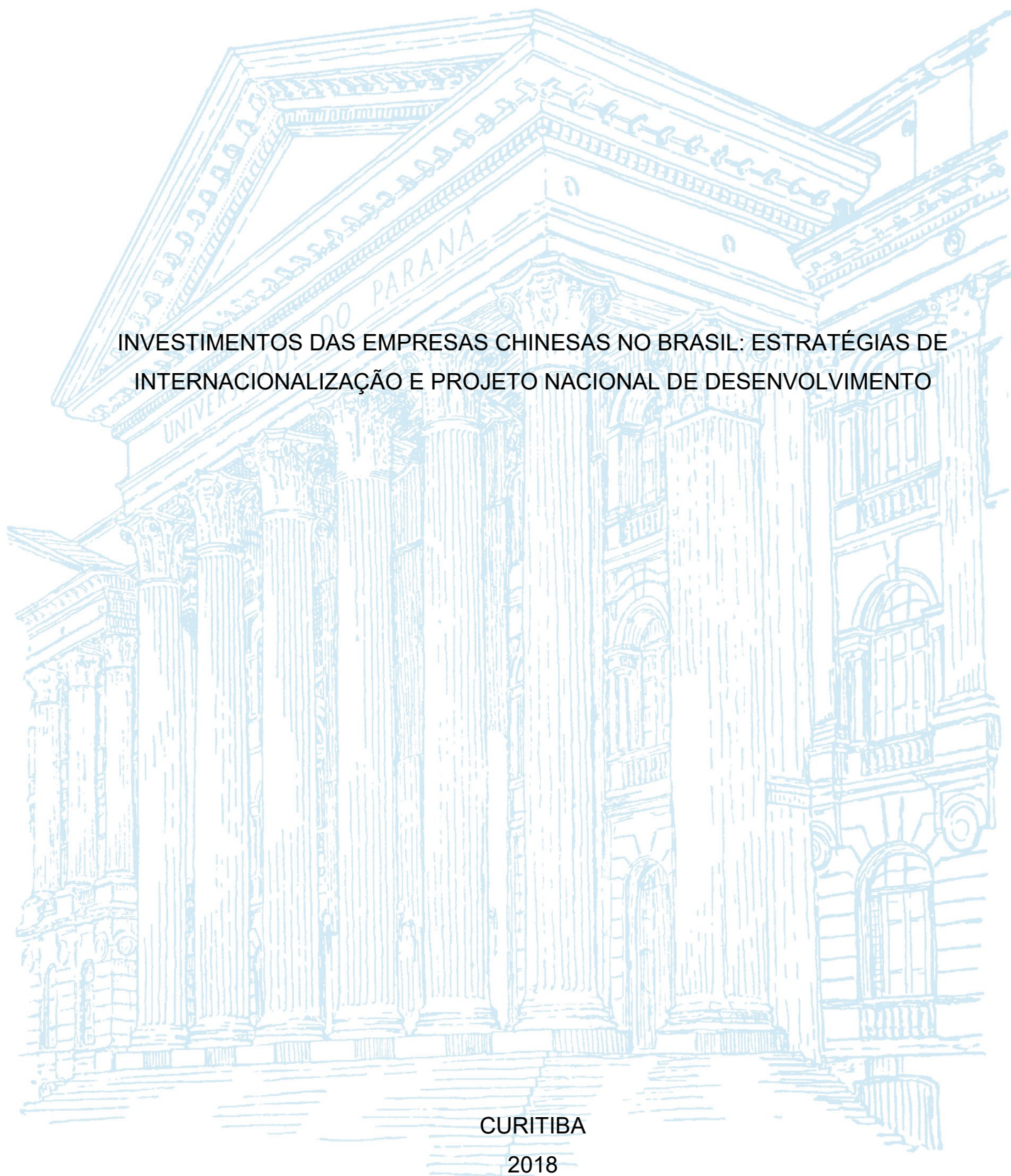
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

LI YU FANG YI

INVESTIMENTOS DAS EMPRESAS CHINESAS NO BRASIL: ESTRATÉGIAS DE
INTERNACIONALIZAÇÃO E PROJETO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO

CURITIBA

2018



LI YU FANG YI

INVESTIMENTOS DAS EMPRESAS CHINESAS NO BRASIL: ESTRATÉGIAS DE
INTERNACIONALIZAÇÃO E PROJETO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO

Monografia apresentada ao curso de Graduação em Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Demian Castro

CURITIBA

2018

TERMO DE APROVAÇÃO

LI YU FANG YI

INVESTIMENTOS DAS EMPRESAS CHINESAS NO BRASIL: ESTRATÉGIAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO E PROJETO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO

Monografia apresentada ao curso de Graduação em Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Prof. Dr. Demian Castro

Orientador – Departamento de Economia, Universidade Federal do Paraná

Prof. Dr. Armando João Dalla Costa

Departamento de Economia, Universidade Federal do Paraná

Prof. Dr. Igor Zanoni Constant Carneiro Leão

Departamento de Economia, Universidade Federal do Paraná

Curitiba, 03 de Dezembro de 2018.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer primeiramente ao Professor Dr. Demian Castro, meu professor, orientador de monografia e grande amigo que me acolheu várias vezes na sua casa para realizar diversas discussões sobre o assunto da China. Gostaria de agradecer, também, a banca avaliadora da presente monografia, o Professor. Dr. Armando Dalla Costa que gentilmente permitiu a utilização de uma parte do artigo que produzimos neste ano e o Professor Dr. Igor Zanoni Constant Carneiro Leão pelas eventuais críticas e questionamentos no objetivo de contribuir na fundamentação da monografia.

Ademais, gostaria de agradecer minha namorada e meus amigos, pelas contribuições na correção de pequenos erros durante a produção deste trabalho, sabendo que não é fácil para um chinês (alfabetizado em chinês pelo menos) escrever tantas palavras sem cometer descuidos.

Por fim, fica meu agradecimento e desejo de felicidade ao restante do corpo docente do Departamento de Economia da UFPR que contribuíram para a minha formação acadêmica, meu desenvolvimento profissional e construção do meu senso crítico perante o mundo ao redor.

冷静的观察，镇定自若的面对困难，
捍卫我们的立场。韬光养晦，争取时间，
永不称霸

“Observe calmamente, enfrente as dificuldades com serenidade, defenda o seu posicionamento. Acumule forças, ganhe tempo, nunca torne hegemônico.”

Deng Xiao Ping

RESUMO

Nos últimos anos, as empresas chinesas têm realizado investimentos de valores significativos em diversas regiões no mundo, tornando a China uma das maiores fontes de investimentos externas no mundo atual. Neste contexto, como um ponto estratégico no continente latino-americano, o Brasil também tem se tornado, atualmente, um dos destinos de entradas expressivas destas multinacionais. Portanto, este trabalho tem como objetivo investigar os principais aspectos dos investimentos realizados pelas empresas chinesas no Brasil. Pretende-se, para tanto, traçar a trajetória de internacionalização dos investimentos chineses como um todo, identificando o papel deste processo no plano de desenvolvimento nacional chinês. E, assim, através das análises estatísticas e teóricas, serão discutidas as principais características e particularidades dos investimentos das empresas chinesas e como estes se enquadram no contexto brasileiro.

Palavras-chave: Empresas chinesas. Investimento externo. Internacionalização. Contexto Brasileiro.

ABSTRACT

Over the last years, the chinese companies had made several investments with significant values in different regions in the world, making China to became one of the biggest source of foreign direct investment in present-day. In this context, being the strategic point of Latin American continent, Brazil also had become lately, one of the destinies of massive entrance of those multinationals. Therefore, this work features to investigate the main aspects of investments made by chinese companies. In the first place, will be traced the trajectory of internationalization of chinese investment, identifying its task in the chinese national development plan. And thus, through the statistical and theoretical analyze, will be discussed the main feature and particularity of the chinese companies's investiments, and how these could be framed in the brazilian context.

Keywords: Keyword 1. Chinese companies 2. China 3. Chinese investiments 4. Foreign Direct Investment

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – FLUXO DE IDE DA CHINA PARA O MUNDO 1985-1991.....	15
GRÁFICO 2 – A TAXA DE INFLAÇÃO CHINESA NO PERÍODO ENTRE 1989 E 2003.....	16
GRÁFICO 3 - FLUXO DE IDE DA CHINA PARA O MUNDO 2002-2011.....	18
GRÁFICO 4 – FLUXOS DE IDE DA CHINA PARA O BRASIL NO PERÍODO DE 2007 A 2016.....	24
GRÁFICO 5 – ESTOQUES DE IDE DA CHINA NO BRASIL NO PERÍODO DE 2007 A 2016.....	24
GRÁFICO 6 – FLUXOS DE IDE DA CHINA PARA O BRASIL NO PERÍODO DE 2001 A 2012 (EM U\$ MILHÕES)	25
GRÁFICO 7 – FLUXOS DE IDE DA CHINA PARA O BRASIL COMO INVESTIDOR IMEDIATO, NO PERÍODO DE 2010 A 2016.....	26
GRÁFICO 8 - FLUXO DE IDE DA CHINA PARA O BRASIL COMO CONTROLADOR FINAL, NO PERÍODO DE 2010 A 2016.....	26
GRÁFICO 9 – COMPARAÇÃO ENTRE IDE DA CHINA NO BRASIL PELO CRITÉRIO DO CONTROLADOR FINAL E INVESTIDOR IMEDIATO.....	27
GRÁFICO 10 – FLUXOS DE IDE DA CHINA PARA O BRASIL NO PERÍODO DE 2005 A 2018 (EM U\$ MILHÕES) – PELO CHINA GLOBAL INVESTMENT TRACKER.....	28
GRÁFICO 11 – FLUXO DE IDE DA CHINA PARA O BRASIL NO PERÍODO DE 2003 A 2017 (EM U\$ MILHÕES) – PELA RED ALC CHINA.....	28
GRÁFICO 12 - FLUXO DE IDE DA CHINA PARA O BRASIL NO PERÍODO DE 2007 A 2016.....	29
GRÁFICO 13 – PARTICIPAÇÃO SETORIAL DE IDE CHINÊS NO BRASIL PELO CRITÉRIO DE INVESTIDOR IMEDIATO, NO PERÍODO ENTRE 2010 A 2016.....	30
GRÁFICO 14 – PARTICIPAÇÃO SETORIAL DE IDE CHINÊS NO BRASIL PELO CRITÉRIO DE CONTROLADOR FINAL, NO PERÍODO ENTRE 2010 A 2016 (EM U\$ MILHÕES)	31
GRÁFICO 15 – PARTICIPAÇÃO SETORIAL DE IDE CHINÊS NO BRASIL NO PERÍODO ENTRE 2010 A 2016 (EM U\$ MILHÕES)	32

GRÁFICO 16 – MODO DE ENTRADA DAS EMPRESAS CHINESAS NO BRASIL NO PERÍODO ENTRE 2007 A 2016.....	38
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

AEI	-	American Enterprise Institute
BCB	-	Banco Central do Brasil
CEBC	-	Conselho Empresarial Brasil-China
CGIT	-	China Global Investment Tracker
CNPC	-	China National Petroleum Corporation
F&A	-	Fusões e Aquisições
IDE	-	Investimento Direto no Exterior
JESB	-	Journal of Evolutionary Studies in Business
MOFCOM	-	Ministério de Comércio da China
NCCPC	-	Congresso Nacional do Partido Comunista Chinesa
OMC	-	Organização Mundial de Comércio
PCC	-	Partido Comunista da China
RED ALC	-	Rede Acadêmica de América Latina e Caribe sobre China
SASAC	-	State-Owned Assets Supervision and Administration Commission
SOE	-	State Owned Enterprises
UNCTAD	-	United Nations Conference on Trade and Development
WISCO	-	Wuhan Iron and Steel Corporation
ZEE	-	Zona Econômica Especial

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	A TRAJETÓRIA DA INTERNACIONALIZAÇÃO DAS EMPRESAS CHINESES.....	14
3	INVESTIMENTOS CHINESES NO BRASIL	21
3.1	ANÁLISE DE DADOS DOS INVESTIMENTOS CHINESES NO BRASIL.....	22
3.1.1	Evolução dos investimentos chineses no brasil.....	23
3.1.2	Distribuições setoriais dos investimentos chineses no Brasil	30
3.2	ANÁLISE DO PERFIL DOS INVESTIMENTOS CHINESES NO BRASIL	33
3.2.1	Estrutura de propriedade das empresas chinesas.....	34
3.2.2	Motivação dos investimentos chineses.....	35
3.2.3	Modo de ingresso dos investimentos chineses	37
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
	REFERÊNCIAS	43

1 INTRODUÇÃO

A política de “Open Door” na década de 1970 e a adesão na Organização Mundial de Comércio (OMC), em 2001, condicionou o galopante crescimento da economia chinesa durante as próximas décadas. Neste contexto, imensas quantidades de investimentos diretos estrangeiros foram atraídas pelas políticas de abertura e pelos custos competitivos de mão de obra, desenvolvendo rapidamente diversos setores econômicos, principalmente os industriais, tornando a China a “Fábrica do Mundo”. No entanto, comparados com a dimensão dos investimentos externos que a China recebe, os investimentos do país no exterior mantiveram um nível relativamente baixo durante muitos anos.

Esse cenário começou a sofrer mudanças gradativas a partir de 2005, demonstrando uma modificação na diretriz estratégica, na base do acúmulo dos resultados da política “Go Global” iniciada pela gestão Deng XiaoPing, intensificando a abertura não apenas para a entrada das empresas estrangeiras, mas também para a saída das empresas domésticas. Mais tarde, essa expansão acentuou-se ainda mais com a nova diretriz “The Belt and Road” proposta pelo atual governo do Xi JingPing, consolidando o país como uma das maiores fontes de investimentos externas no globo.

Desse modo, as empresas chinesas, tanto estatais quanto privadas, que anteriormente não eram autorizadas a investirem no exterior, obtiveram elevado crescimento perante a intensa internacionalização nas últimas três décadas. O ranking publicado em 2007 pela revista Forbes bem ilustra esse quadro: dentre as 500 maiores empresas do mundo, 24 eram chinesas. Esse número mais que quadruplicou após 10 anos. Observa-se que em 2017, a China era detentora de 111 empresas dentre as 500 da referida lista, ficando atrás apenas dos Estados Unidos.

No Brasil, antes de 2010, as relações bilaterais entre os dois países concentravam no âmbito de trocas comerciais, constituindo, de um lado, a exportação brasileira de commodities e, por outro, a importação de produtos manufaturados. Segundo os dados do Banco Central do Brasil e do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, de 2000 a 2014, a quantidade exportada do Brasil para a China cresceu de U\$1,1 bilhões para U\$40,61 bilhões e a quantidade importada, de U\$1,2 bilhões para U\$37,34.

Em ressonância com a mudança do cenário global, a relação Brasil-China sofreu uma modificação nos últimos anos com a entrada massiva das multinacionais chinesas no território brasileiro como a Sinopec, State Grid, Cofco ou Huawei, destinando uma quantidade significativa de investimentos, seja para abastecer a falta de recursos no país de origem, seja para usufruir de um outro grande mercado de consumidor. Assim, sinaliza-se um novo capítulo para as relações econômicas entre os dois países, no qual a China passar a ter uma relevância no papel de investidor estrangeiro no Brasil, além do principal parceiro comercial.

O presente estudo visa, portanto, investigar, de uma maneira ampla, os investimentos das empresas chinesas no Brasil, partindo de diversas óticas para compreender, de forma elucidada, essa etapa da parceria bilateral que os dois países estão vivenciando.

Além dessa parte introdutória, o trabalho será dividido em três capítulos: no primeiro capítulo, baseando-se em uma visão histórica, será traçada a trajetória de internacionalização dos investimentos chineses como um todo, situados em um contexto de forte influência institucional do país. O objetivo deste capítulo será entender os principais elementos que condicionaram a expansão dos investimentos chineses ao longo dos últimos anos e as estratégias adotadas, pelo governo e pelas firmas, para se engajarem no mercado global atual.

No segundo capítulo, a análise partirá das óticas estatística e teórica, de um lado, averiguando o histórico da presença destes investimentos e predominância na escolha dos setores de atuação, de outro, realizando uma anatomia das empresas chinesas no mercado brasileiro e os seus investimentos, investigando as suas principais características e peculiaridades.

Por fim, no capítulo das considerações finais, serão apresentadas as principais conclusões obtidas através do desenvolvimento do presente estudo.

2 A TRAJETÓRIA DA INTERNACIONALIZAÇÃO DAS EMPRESAS CHINESAS

Segundo os dados da United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD), os estoques acumulados do Investimento Direto no Exterior (IDE) da China continental, em 2017, representam 4,81% de estoque do IDE total mundial. Se incluídas as regiões de Hong Kong, Macau e Taiwan, essa porcentagem aumenta para 10,84%, sendo, assim, o segundo país que mais investe no atual contexto global.

Entretanto, o processo chinês de inserção no sistema econômico global passou por uma longa e dificultosa trajetória, tendo seu início na década de 1970, pelo ex-vice-primeiro-ministro Deng XiaoPing.

Neste sentido, após as grandes cogitações na China que duraram mais de uma década, em dezembro de 1978, Deng XiaoPing¹ implementou uma série de reformas econômicas ao assumir o cargo do Vice-Presidente, visando o desenvolvimento e modernização da indústria doméstica e a abertura gradativa da economia chinesa. Essas medidas representaram o marco de transição do desenvolvimento “para dentro”, ocorrido no período de 1949 a 1978, para uma estratégia mais voltada a dinâmica econômica global.

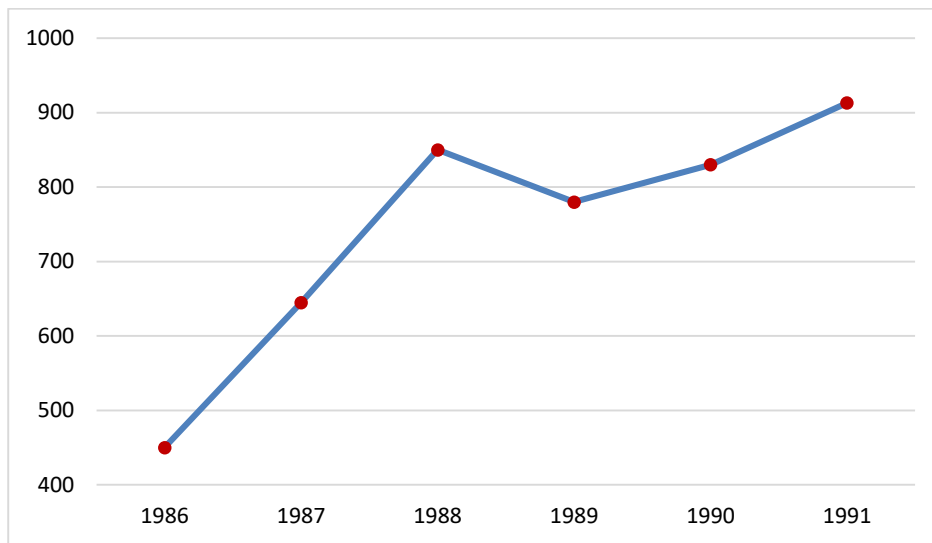
A priori, a mudança da relação econômica externa ocorreu por duas vias: de um lado, o Conselho de Estado permitiu a algumas empresas, sob a supervisão do Ministério de Comércio (MOFCOM) e do State Economic Trade Commission, instalar operações no exterior, a fim de buscar recursos naturais para abastecer a escassez no país (Oliveira, 2012). Por outro lado, foi liberado o acesso do capital estrangeiro ao mercado nacional, trazendo a modernização na força produtiva chinesa. Nessa abertura da economia, as leis e regulamentações sobre o comércio internacional e o IDE foram reestruturadas e houve, também, investimentos pesados na infraestrutura de diversas cidades costeiras em função de recebimento do capital externo, criando-se as Zonas Econômicas Especiais (ZEE) como um canal de contato com a econômica internacional (Serra, 1997).

A partir de 1985, a diminuição gradativa da dependência das empresas estatais ao governo chinês, em função da substituição do subsídio pelos empréstimos

¹ Apesar de assumir o cargo de vice do Zhu Rongji, foi na prática, o líder supremo do país, conduzindo, por décadas, as reformas econômicas da China, levando-a para o caminho do socialismo de mercado e da modernidade.

com o sistema bancário e da autorização da venda dos excedentes produzidos (Vallim, 2012) – a qual atuou conjuntamente com a decisão do Terceiro Plenário do 12º Congresso do Partido Comunista da China (PCC) de aumento da autonomia das empresas públicas – permitiu que um conjunto maior de empresas chinesas obtivesse condições e motivações para operar nos países estrangeiros (Serra, 1997).

GRÁFICO 1 – FLUXO DE IDE DA CHINA PARA O MUNDO 1985-1991 (EM U\$ MILHÕES)



FONTE: UNCTAD (2018). Nota: Elaborado pelo autor.

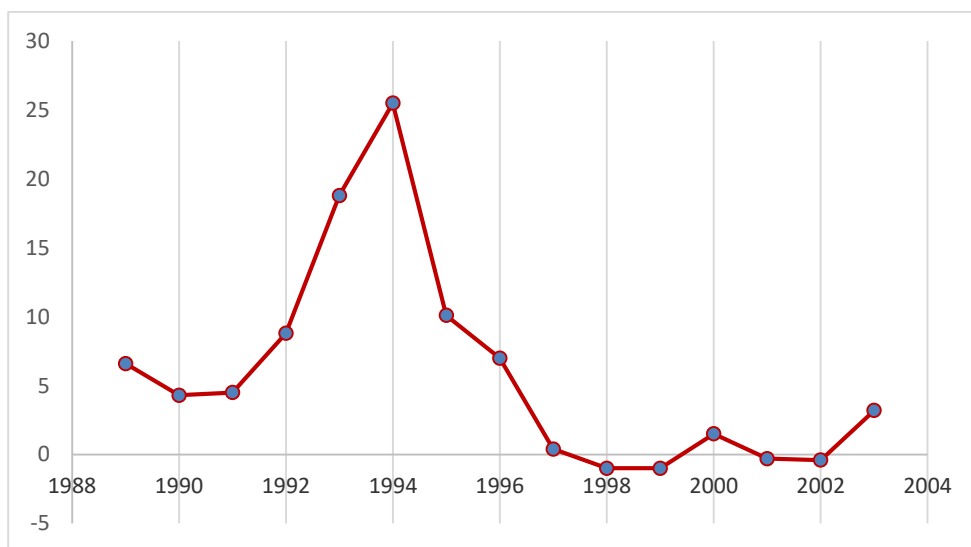
Observa-se no gráfico 1 que, apesar de uma leve queda de 1988 para 1989, o fluxo de IDE chinês teve um crescimento de 203% entre 1985 e 1991, finalizando com um total de U\$ 913 milhões no ano. Este fato caracteriza a consistência na inserção das empresas chinesas de forma gradativa e cautelosa na dinâmica global, obtendo as informações estratégicas e a expertise nas operações internacionais e, paralelamente, a estabilização da demanda interna por recursos naturais.

Em seguida, em 1992, a visita do Deng XiaoPing a região sul do país condicionou uma nova fase na expansão de IDE, iniciando uma série de reajustes econômicos e acelerando o processo de modernização e abertura econômica do país. Esse “tour” fomentou o surgimento da diretriz nacional “Go global”, que veio consolidar mais tarde, em 1999, e empurrou o fluxo de IDE para um novo patamar de U\$ 4,4 bilhões em 1993.

No entanto, essa expansão foi fortemente afetada pelo pico de inflação em 1994, no qual a taxa anual atingiu a alta histórica de 25,5%, devido ao choque de

demanda e a redução das reservas monetárias (Zhang, 2016). Tal fato levou o Estado a enxergar a falha no sistema das empresas estatais, que vinha demonstrando um alto e constante investimento em troca de uma baixa produtividade, sobrecarregando o financeiro estatal (Oliveira, 1999). O resultado disso foi uma reestruturação financeira para estabelecer um controle mais rigoroso dos ativos estatais, criando assim, mecanismos de monitoramento dos investimentos no exterior, visando destinar os recursos financeiros para os setores produtivos internos (Oliveira, 2012).

GRÁFICO 2 – A TAXA DE INFLAÇÃO CHINESA NO PERÍODO ENTRE 1989 E 2003



FONTE: IMF (2018). Nota: Elaborado pelo autor

A turbulência econômica causada pela crise asiática de 1997 fez com que o governo chinês assegurasse mais ainda a alocação dos ativos e acelerasse a reforma desde setores industriais até os setores bancários, temendo uma crise interna que poderia afetar a base econômica ou até a governança do país. Nas palavras de Oliveira (1999, p. 6 e 7):

Ainda que a República Popular da China não tenha sido diretamente atingida pela crise ela está tremendamente ameaçada por consequências desestabilizadoras desta crise. Isto porque ela apresenta os mesmos problemas que propiciaram o estopim da tempestade em seus vizinhos. [...] caso a China entre em crise, o povo chinês poderá começar a duvidar da eficiência do socialismo com características chinesas, sendo que uma crise de legitimidade provavelmente será acompanhada de instabilidade política.

Neste processo da reforma, realizaram-se uma série de reorganizações estratégicas entre as empresas estatais, selecionando, pelo Conselho do Estado, 120 grandes grupos estatais e formando a chamada “Espinha Dorsal”² ou “Campeões Nacionais”³ da economia chinesa. Com a capacidade de competir com os grandes grupos estrangeiros, tanto no mercado doméstico quanto no internacional, estas empresas ocupam os setores considerados estrategicamente importantes para o desenvolvimento do país, servindo como o verdadeiro braço direito das políticas nacionais de internacionalização (Nolan, 2001) e (Daltrini, 2006).

Dessa forma, o fluxo de IDE chinês voltou a crescer apenas em 2000, após a consolidação das reformas internas e a formalização da diretriz nacional “Go Global”.

A política de “Go Global”, como a principal diretriz externa chinesa no início do século XXI, visa não apenas em inserir o país no dinamismo internacional, mas sim desencadear um ambicioso projeto de empurrar a China para a liderança na cooperação global, através de uma série de reformas internas, juntamente com as parcerias comerciais e investimentos no exterior.

Somente saindo proativamente e valentemente, que podemos abastecer a falta de mercado e de recursos, levar nossas técnicas e equipamentos para fora, adquirindo condições para trazer novas tecnologias, desenvolver novos setores, formar gradativamente nossas multinacionais (de pequenas para grandes portes, participando efetivamente na competição global), promover o crescimento econômico dos países emergentes, dessa forma opondo-se às políticas hegemônicas e desenvolvendo as forças para a manutenção da paz internacional. (Jiang, 2006, vol. 2, p.569)

A partir da formulação na gestão de Jiang ZeMin até a atual governança do Xi JingPing, a política passou pelas diversas modificações e aperfeiçoamentos, dividindo-se, deste modo, em duas grandes fases.

Na base das ideologias propostas pelo Deng e dos históricos da abertura econômica chinesa, o ex-presidente Jiang ZeMin⁴ considerou que o processo de “Ir para fora” extremamente necessária e obrigatória para o cenário da época. Sendo assim, formulou uma série de planejamentos futuros, levando-os para as discussões no 14º Congresso Nacional do Partido Comunista China (NCCPC), onde foram

² Definição usado por Daltrini (2006)

³ Definição usado por Nolan (2001)

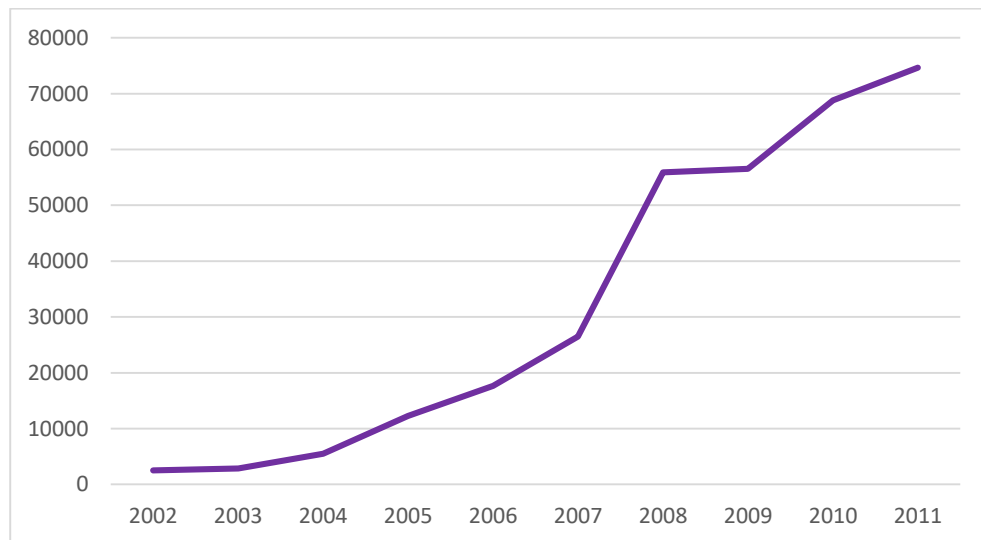
⁴ Assumiu, após o Zhu Rongji, o cargo da presidência da República Popular da China de 1993 a 2003 e do Secretário Geral do Partido Comunista da China de 1989 a 2002

consolidados como estratégias de desenvolvimento nacional, entrando como ações efetivas para o 10° Plano Quinquenal.

Deste modo, a primeira fase de “Go Global” inicia-se com a intensificação das reformas internas. Foram criadas as normas unificadas e transparentes dos investimentos estrangeiros e foram reduzidas as tarifas aduaneiras, adequando o país para a entrada na OMC e a inserção efetiva na globalização econômica. Assim, o sucesso na aderência à Organização Mundial de Comércio em 2001 tornou a China um dos principais participantes no mercado de capitais internacionais.

Mais adiante, em 2003, foi fundado o Ministério de Comércio da China (MOFCOM) a partir da fusão entre o Ministério de Comércio Internacional e partes da Comissão Nacional da Reforma de Desenvolvimento e Comissão Estatal de Comércio Econômico, com objetivo de facilitar o acesso das informações do mercado exterior e apoiar os investimentos das empresas chinesas nos outros países. Deste modo, o controle da saída dos investimentos se tornou menos rígido e as empresas privadas passaram a ser autorizadas a investirem no exterior também.

GRÁFICO 3 - FLUXO DE IDE DA CHINA PARA O MUNDO 2002-2011 (EM U\$ MILHÕES)



Fonte: UNCTAD (2018). Nota: Elaborado pelo autor.

As políticas instauradas pelo Jiang ZeMin tiveram continuação e fortalecimento no governo do seu sucessor Hu JingTao⁵. Observa-se no gráfico 3, no

⁵ Assumiu, após Jiang Zemin, o cargo da presidência na República Popular da China e do Secretário Geral do Partido Comunista da China no período entre 2002 e 2013.

período entre 2002 e 2011 o fluxo de IDE da China para o resto do mundo cresceu quase 30 vezes, sendo que, mesmo nos anos da crise de 2008, o fluxo manteve em um nível constante.

A partir de 2013, com a ascensão do Xi Jinping na presidência, com a sua ambição de levar a China na liderança mundial, o líder ampliou as reestruturações econômicas e fortaleceu a política de internacionalização, a fim de aumentar a influência global do país, condicionando assim a segunda fase de “Go Global”.

Primeiramente, foi proposta por Xi a política da chamada “Nova Rota da Seda” ou “The Belt and Road”, a qual consiste na construção de um cinturão de comércio, logística, investimento e telecomunicação ligando os continentes asiático, europeu e africano. O objetivo da proposta era criar uma rede de livre comércio e investimento, promovendo o desenvolvimento econômico dos continentes em conjunto.

Ao realizar este projeto, o governo planejou uma série de investimentos bilionários na construção das infraestruturas, como oleodutos, gasodutos, redes de transmissão elétrica, malha ferroviária e portos marítimos nos diversos países para facilitar a integração destes no cinturão de comércio, tanto terrestre quanto marítimo. Foram estabelecidos incentivos para as grandes firmas nacionais alongarem as suas cadeias produtivas realizando F&A com as empresas de alta qualidade no exterior, com o intuito de adquirir suas essências tecnológicas e seus canais de operação, aumentando assim a expertise na gerência internacional e as vantagens competitivas perante o mercado global.

Por fim, procuraram desenvolver parcerias multilaterais com os países integrantes do cinturão, por um lado nas indústrias agropecuárias, extrativas, da geração de energias renováveis e de processamento de recursos. Por outro lado, também parcerias na construção de um sistema monetário asiático estável, redução das barreiras de comércio, intensificação dos intercâmbios tecnológicos e de informações, além de outras cooperações nos setores de turismo, educação e saúde (MOFCOM, 2015).

Neste contexto, no 13º Plano Quinquenal, além de incluir o projeto do “The Belt and Road” como diretriz nacional, definiram-se diversas metas para o desenvolvimento interno do país, com objetivo de preparar a China para uma posição estratégica na ordem global. Tais metas tiveram foco no aumento da capacidade produtiva e inovadora das empresas, aceleração no desenvolvimento da indústria inteligente, redução dos custos empresariais, modernização das indústrias

tradicionais, progressão na qualidade dos setores de serviços e apoio no avanço dos setores estratégicos emergentes (Xinhua, 2018).

Segundo China Policy (2017), ao enfatizar na ascensão da nova economia, o governo intenciona elevar o país nas cadeias globais de valor, evitando a armadilha da renda média e a estagnação ao estilo japonês. Ao mesmo tempo, a partir das fusões das empresas estatais, criam as “Campeãs Nacionais” maiores, mais fortes e mais capazes de se engajar no mercado global.

Assim sendo, apesar da desaceleração do crescimento da economia chinesa nos últimos anos, o forte planejamento do governo central, que combinou as políticas de internacionalização e as reestruturações internas, manteve o nível do crescimento de investimento no exterior relativamente constante. Segundo Jabbour (2010), a partir do chamado “acúmulo estratégico de forças” com as reformas internas contínuas, a China criou uma rede de cooperação, ligando desde os países periféricos até os semiperiféricos e centrais, através de seus investimentos planejados e parcerias no comércio exterior.

Seguindo essa tendência da ampliação da sua influência e da capacidade de manobra no terreno geopolítico internacional, cria-se assim um “mundo chinês”, formando uma grande rede produtiva e financeira, tendo a China como o centro, desafiando de frente a hegemonia norte-americana e as antigas relações centro-periferia do sistema mundo.

3 INVESTIMENTOS CHINESES NO BRASIL

Nesse processo da expansão de investimentos, o continente sul americano tem se tornado um dos pontos mais estratégicos dessa rede, seja para abastecimento de matérias-primas, seja para exploração do mercado consumidor. Dado isso, as empresas chinesas têm destinados crescentemente o capital para o continente na última década. Segundo os dados do American Enterprise Institute (AEI), em 2007, a China destinou 1,54 bilhões de dólares em investimentos no continente latino-americano, concentrando-os principalmente no Peru e Venezuela. Já em 2017, este valor aumenta para 23,91 bilhões de dólares, porém dessa vez com foco no Brasil, Argentina e Peru.

O Brasil, neste contexto, tem desenvolvido gradativamente diversas formas de parceira bilateral com a China nos últimos anos. Ao se tornarem principais parceiros comerciais desde 2010, além de ter aumentado significativamente o valor de exportação e importação entre os dois países, o Brasil vem recebendo, também, uma quantia significativa de investimentos diretos da China, considerando que, de acordo com Kupfer e Freitas (2018), entre 2010 e 2016, ao menos 53 empresas chinesas ingressaram no território brasileiro.

Desta maneira, torna-se necessário uma análise mais profunda dos investimentos chineses no Brasil, na tentativa de compreender como e porquê de suas entradas, a evolução e as suas principais características desse fenômeno.

Portanto, parte-se, neste capítulo, de duas óticas distintas para a investigação sobre o assunto: primeiro, serão analisados os dados estatísticos de diversas fontes sobre os investimentos chineses no país, para entender sobre a trajetória de evolução e a distribuição setorial destes no Brasil. Nessa sessão, será usada a parte do artigo⁶, desenvolvido pelo autor deste trabalho juntamente com o Prof. Dr. Armando Dalla Costa, destinado para a revista *Journal of Evolutionary Studies in Business (JESB)*.

Em seguida, a partir de algumas teorias sobre a internacionalização das empresas, serão investigadas as empresas chinesas que investem no Brasil, explorando assim, as principais características e particularidades destes investimentos.

⁶ “Chinese Companies and Foreign Direct Investment in Brazil between 2000 and 2018”, publicado na revista *Journal of Evolutionary Studies in Business (JESB)* em 2019.

3.1. ANÁLISE DE DADOS DOS INVESTIMENTOS CHINESES NO BRASIL

A respeito dos dados estatísticos sobre os investimentos chineses no Brasil, é importante considerar as divergências entre as fontes estatísticas e a dificuldade de análise dos dados oficiais, devido a uma série de problemas existentes nelas.

Primeiro, o Ministério do Comércio da China (MOFCOM) como a fonte estatística oficial sobre o assunto, disponibiliza apenas os dados sobre os primeiros destinos dos investimentos em vez dos destinos finais. Segundo Kupfer e Freitas (2018), isto torna os resultados distorcidas, já que as empresas chinesas costumam realizar *trans-shipping* - a canalização dos investimentos através dos países terceiros. Além disso, é muito comum na China a prática de *round-tripping* – o envio de capital para Hong Kong e o retorno para o continente como IDE – que superestima os dados para a pesquisa.

Vale ressaltar que, como umas fontes internacionais de autoridade, a UNCTAD também disponibiliza, no Bilateral FDI Statistics (2014), as estatísticas do recebimento de IDE pelo Brasil de 2001 a 2012, desagregadas por países de origem. Porém, o intervalo de tempo consiste em um período no qual os investimentos chineses ainda apresentam um nível relativamente baixo no Brasil.

Além disso, a fonte oficial brasileira, o Banco Central do Brasil, disponibiliza o Censo de Capitais Estrangeiros no País (anos-base: 2010 a 2016), em que se encontram as estatísticas desagregadas por setor de atividades e por país de origem, separados também entre países de investidor imediato e de controlador final. Apesar de apresentar um período de tempo restrito, 2010 a 2016, é possível analisar a fase na qual os investimentos chineses mantiveram-se em um nível bastante elevado, diferente das estatísticas da UNCTAD.

Como o objetivo deste estudo é apresentar os dados sobre os investimentos chineses nos últimos anos, para fornecer uma visão geral do crescimento da presença das empresas chinesas no Brasil, devem ser consideradas todas as fontes oficiais citadas anteriormente. No entanto, considerando as deficiências e divergências que elas apresentam, é necessária também a inclusão das fontes não oficiais no estudo, para que possamos realizar uma análise com mais exatidão.

Entre as diversas fontes não oficiais disponíveis, serão escolhidas as bases de dados internacional China Global Investment Tracker, RedALC China e a fonte nacional Conselho Empresarial Brasil China.

China Global Investment Tracker - Rastreador de investimentos chineses globais - é um banco de dados desenvolvidos pela American Enterprise Institute (AEI) e The Heritage Foundation que levanta todas as transações de IDE chinesas com valor superior a U\$100 milhões do período entre 2005 a 2018. Nos dados estão incluídos os países de destino, setores, subsetores, canais de transação, modos de ingresso e a porcentagem que as empresas chinesas possuem do projeto quando se trata de M&A e Joint Venture.

A outra base internacional foi elaborada pela Rede Acadêmica de América Latina e Caribe sobre China (RED ALC-China), a partir das diversas fontes como Capital IQ, CEBC, FDI Market, Bloomberg, CGIT, etc. Nesta encontram-se os dados de IDE chinês nos países da América Latina e Caribe, entre 2003 e 2017, detalhados pelas empresas investidoras, empresas receptoras, setores, subsetores, países de destinos, modo de ingresso e quantidade de funcionários.

O Conselho Empresarial Brasil China (CEBC) elaborou uma série de relatórios e análises desde 2011, compilando os projetos de investimentos das grandes firmas chinesas no Brasil e classificando-os como “anunciado” ou “confirmado”. A partir de diversas fontes e entrevistas, a instituição desenvolveu um estudo que fornece uma base de dados relativamente completa no período entre 2007 a 2016, contendo as informações detalhadas dos investimentos como valores da negociação, empresas participantes, setores e andamento do projeto.

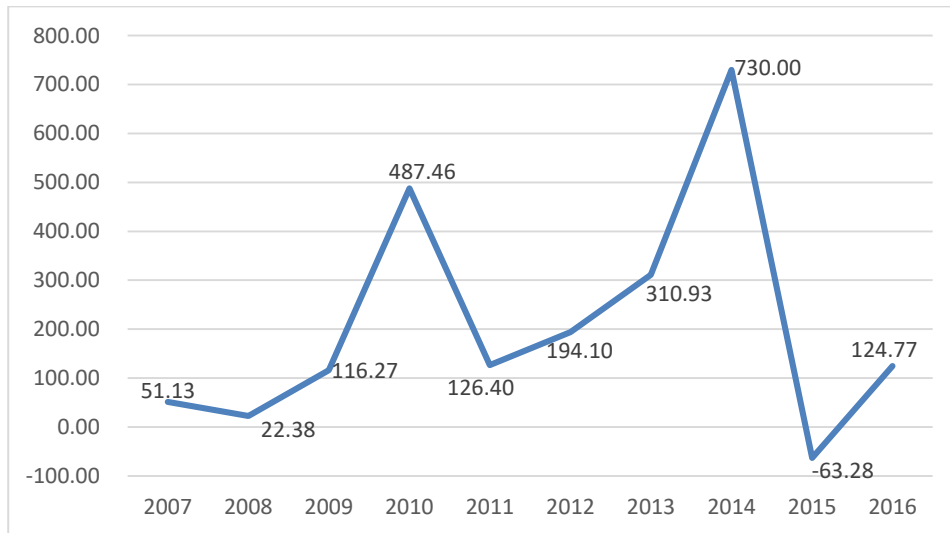
Desta forma, os métodos distintos de contabilização nas estatísticas de diversas fontes, oficiais ou alternativas, permitem conhecer os investimentos chineses no Brasil nos diferentes ângulos, podendo ajudar na análise das estratégias adotadas e a trajetória de crescimento deles com mais rigor.

3.1.1. Evolução dos investimentos chineses no Brasil

Primeiramente, serão apresentados os dados de IDE da China no Brasil retirados das fontes oficiais, desagregados por períodos, afim de esclarecer a trajetória da evolução dos investimentos chineses no Brasil ao longo dos anos. Serão expostos, portanto, dois gráficos do MOFCOM, mostrando os estoques e fluxos da

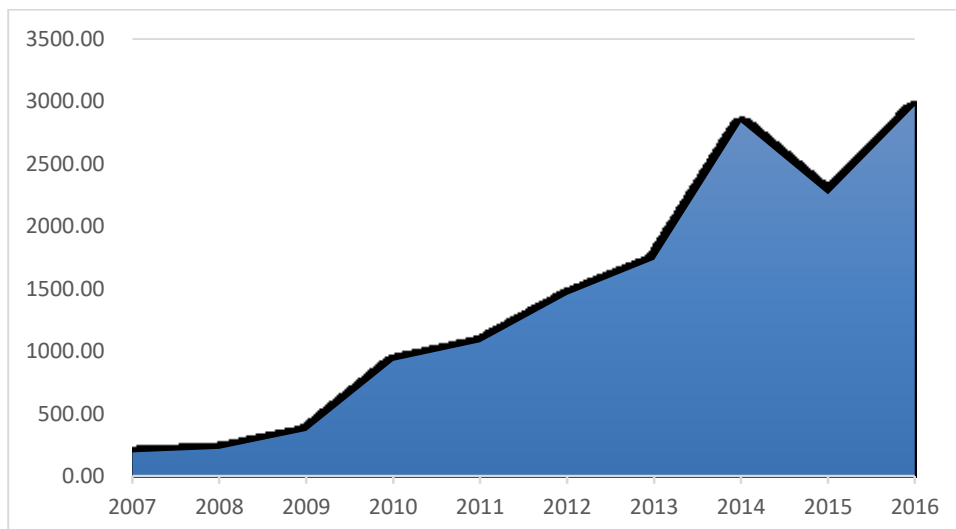
entrada de IDE, respectivamente. Um gráfico da UNCTAD, também dos fluxos de IDE chinês para o Brasil. E dois gráficos do BCB, um representando a entrada dos investimentos pela forma de investidor imediato, o outro, pela forma de controlador final.

GRÁFICO 4 – FLUXOS DE IDE DA CHINA PARA O BRASIL NO PERÍODO DE 2007 A 2016 (EM MILHÕES DE DÓLARES, DADOS MOFCOM)



FONTE: MOFCOM (2016). Nota: Elaborado pelo autor

GRÁFICO 5 – ESTOQUES DE IDE DA CHINA NO BRASIL NO PERÍODO DE 2007 A 2016 (EM MILHÕES DE DÓLARES)

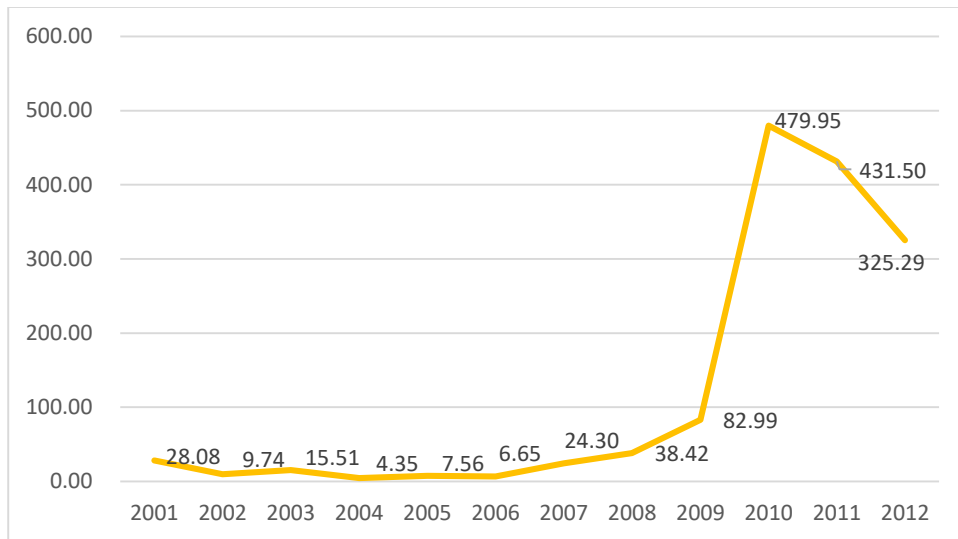


FONTE: MOFCOM (2016). Nota: Elaborado pelo autor.

Pode-se observar, nos gráficos 4 e 5, que houve uma rápida expansão de IDE a partir de 2009, com uma queda após o primeiro auge (U\$487,46 milhões) do fluxo

em 2010, retomando o crescimento a partir de 2011. Em 2014, o fluxo atinge em um outro auge com um nível ainda maior (U\$730 milhões) e, logo em seguida, uma queda drástica para um nível abaixo do zero (U\$-63,28 milhões), em 2015.

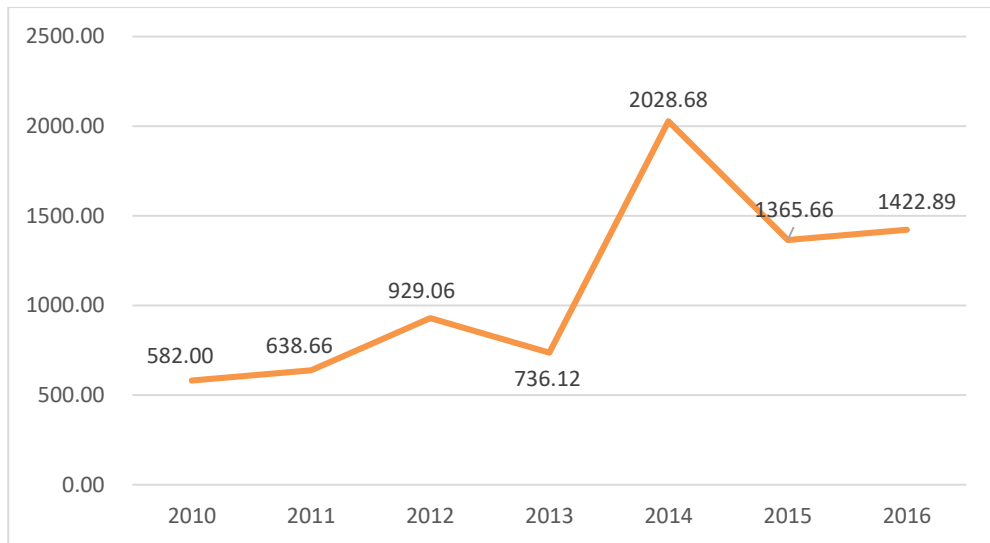
GRÁFICO 6 – FLUXOS DE IDE DA CHINA PARA O BRASIL NO PERÍODO DE 2001 A 2012 (EM U\$ MILHÕES – DADOS UNCTAD)



FONTE: UNCTAD (2018). Nota: Elaborado pelo autor.

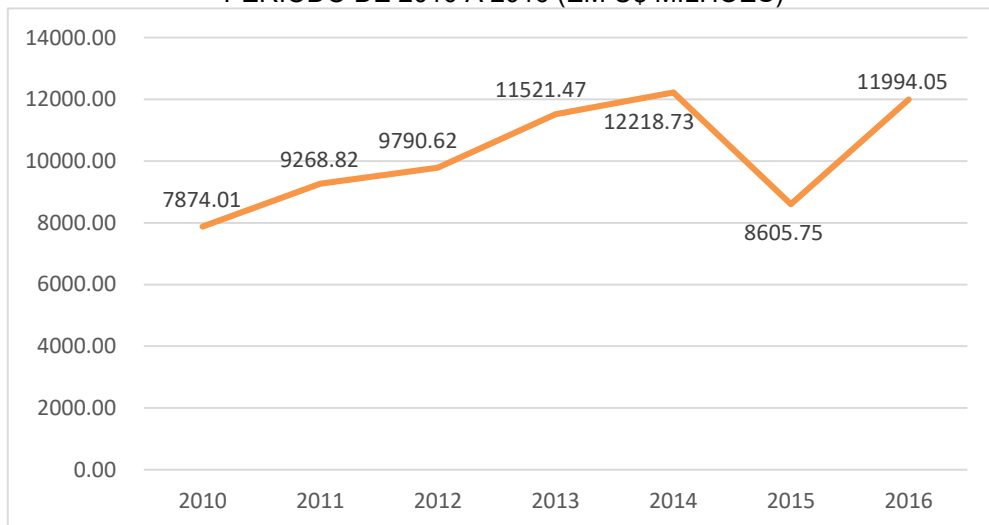
Percebe-se no gráfico 6 que no período entre 2001 e 2006, a entrada de IDE chinês no Brasil manteve em um nível bastante baixo, e o crescimento significativo ocorreu de 2009 para 2010. Este fato coincide com os dados do MOFCOM, apesar das divergências nos números em geral e na trajetória da queda em 2011 e 2012 após a auge de IDE em 2010.

GRÁFICO 7 – FLUXOS DE IDE DA CHINA PARA O BRASIL COMO INVESTIDOR IMEDIATO, NO PERÍODO DE 2010 A 2016 (EM U\$ MILHÕES – DADOS BCB)



FONTE: Banco Central do Brasil (2018). Nota: Elaborado pelo autor

GRÁFICO 8 - FLUXO DE IDE DA CHINA PARA O BRASIL COMO CONTROLADOR FINAL, NO PERÍODO DE 2010 A 2016 (EM U\$ MILHÕES)

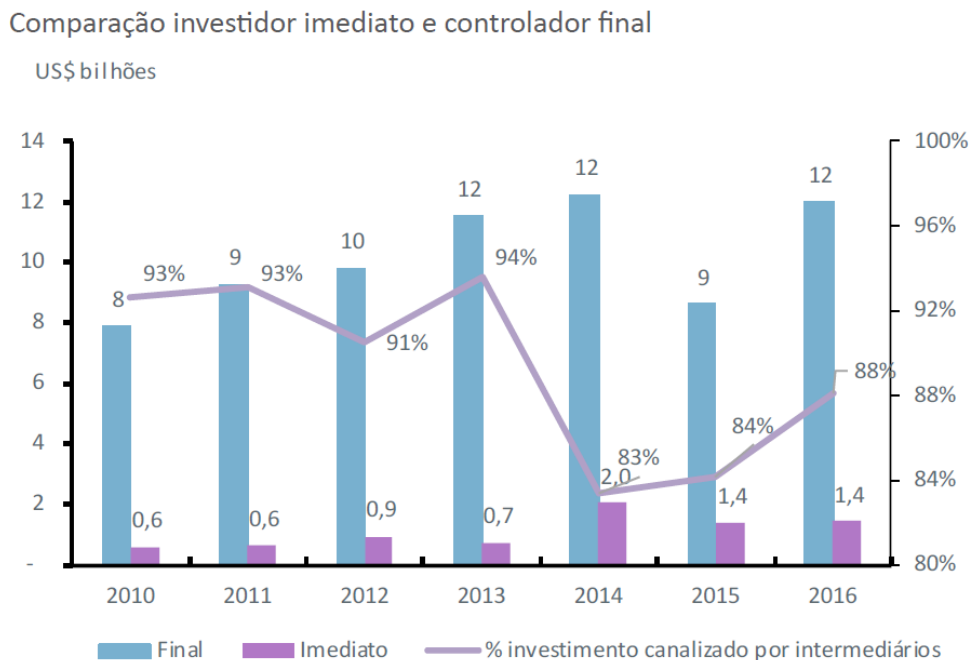


FONTE: Banco Central do Brasil (2018). Nota: Elaborado pelo autor

Com os gráficos elaborados a partir dos dados do Banco Central do Brasil, é possível notar as diferenças em relação aos dados do MOFCOM, tanto nos valores em geral, quanto nas quedas e nos auges ao longo dos anos. Por exemplo, no gráfico dos fluxos de IDE pelo critério de investidor imediato, não ocorreu uma queda nos valores de IDE após 2010, como ocorreu no gráfico 5 do MOFCOM. Além disso, apesar de apresentar mesmo formato de trajetória entre 2013 e 2015 (um pico e uma queda em seguida), a redução não é tão brusca quanto do MOFCOM.

Já no gráfico dos fluxos de IDE pelo critério de controlador final, os valores são muito acima dos apresentados nos gráficos do MOFCOM e do investidor imediato, isso se deve ao fato da prática comum de canalização dos investimentos por países intermediários. Segundo o Relatório de Investimento Direto no País (2018), publicado pelo Banco Central do Brasil, a porcentagem média dos investimentos canalizados por países de terceiros em relação aos investimentos diretos chineses, em geral, chega a alcançar 94% em 2013 e 88% em 2016, sendo a maioria das canalizações é feita pelo Luxemburgo.

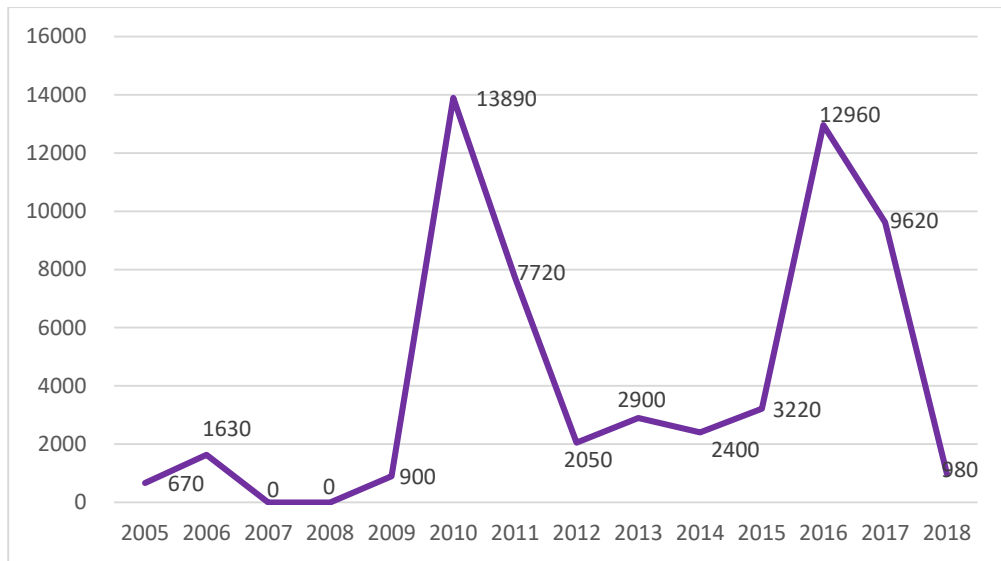
GRÁFICO 9 – COMPARAÇÃO ENTRE IDE DA CHINA NO BRASIL PELO CRITÉRIO DO CONTROLADOR FINAL E INVESTIDOR IMEDIATO



FONTE: Banco Central do Brasil (2018)

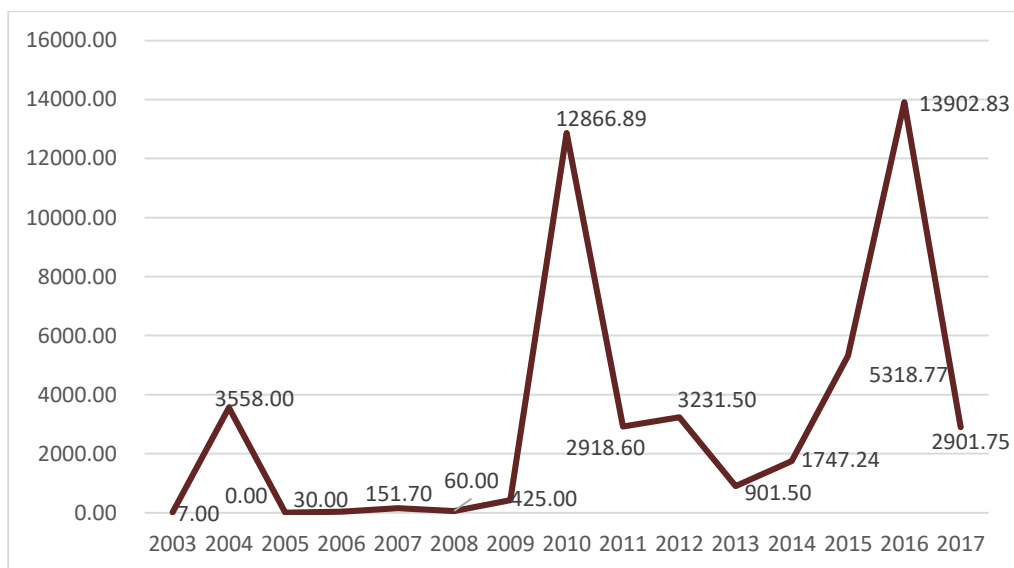
Em seguida, serão apresentados os dados elaborados a partir das fontes não oficiais, ou seja do China Global Investment Tracker, Red Alc e CEBC. Terão, nesta sessão, três gráficos do histórico de ingresso de IDE chinês no Brasil, permitindo, portanto, enxergar e analisar o assunto com uma ótica distinta.

GRÁFICO 10 – FLUXOS DE IDE DA CHINA PARA O BRASIL NO PERÍODO DE 2005 A 2018 (EM U\$ MILHÕES) – PELO CHINA GLOBAL INVESTMENT TRACKER



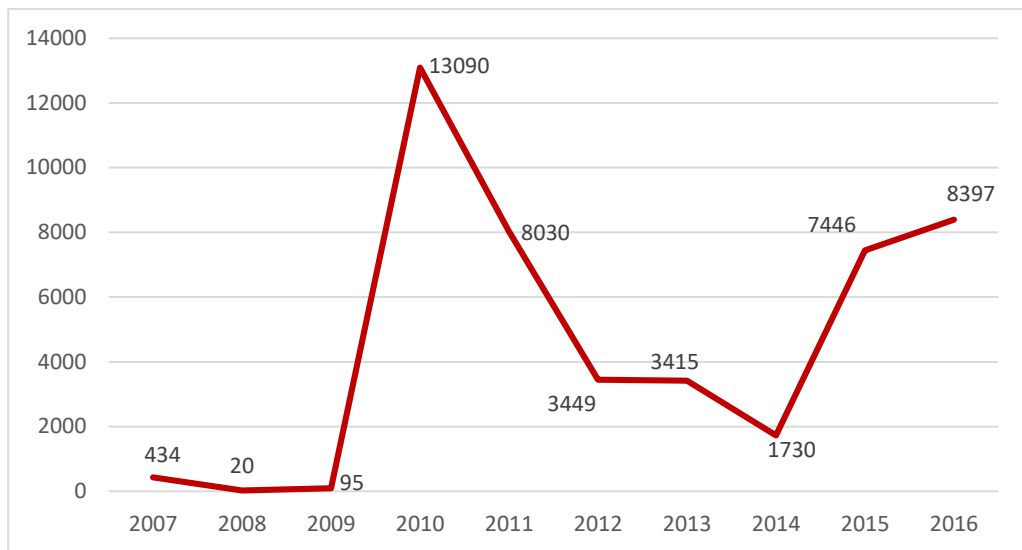
FONTE: AEI (2018). Nota: Elaborado pelo autor.

GRÁFICO 11 – FLUXO DE IDE DA CHINA PARA O BRASIL NO PERÍODO DE 2003 A 2017 (EM U\$ MILHÕES) – PELA RED ALC CHINA



FONTE: Red ALC (2018). Nota: Elaboração própria.

GRÁFICO 12 - FLUXO DE IDE DA CHINA PARA O BRASIL NO PERÍODO DE 2007 A 2016 (EM U\$ MILHÕES) – PELA CEBC



FONTE: CEBC (2017). Nota: Elaborado pelo autor.

Percebe-se que esses três gráficos possuem certa semelhança, sendo em relação aos valores ou a respeito da trajetória de evolução dos investimentos. Nesse sentido, infere-se nos três gráficos que o ingresso de IDE chinês se manteve em um nível irrisório anteriormente a 2009 e que, a partir de 2010, ocorre um boom de investimentos, chegando a atingir um patamar de U\$12 a U\$13 bilhões. Contudo, em seguida, há uma brusca queda, mas nota-se um novo crescimento exponencial a partir de 2014, para um outro ápice em 2016.

Apesar das enormes divergências existentes entre os dados oficiais e não oficiais, ainda é possível agregar as diferentes visões sobre o assunto para levantar certas características da trajetória histórica da entrada de IDE chinês no Brasil.

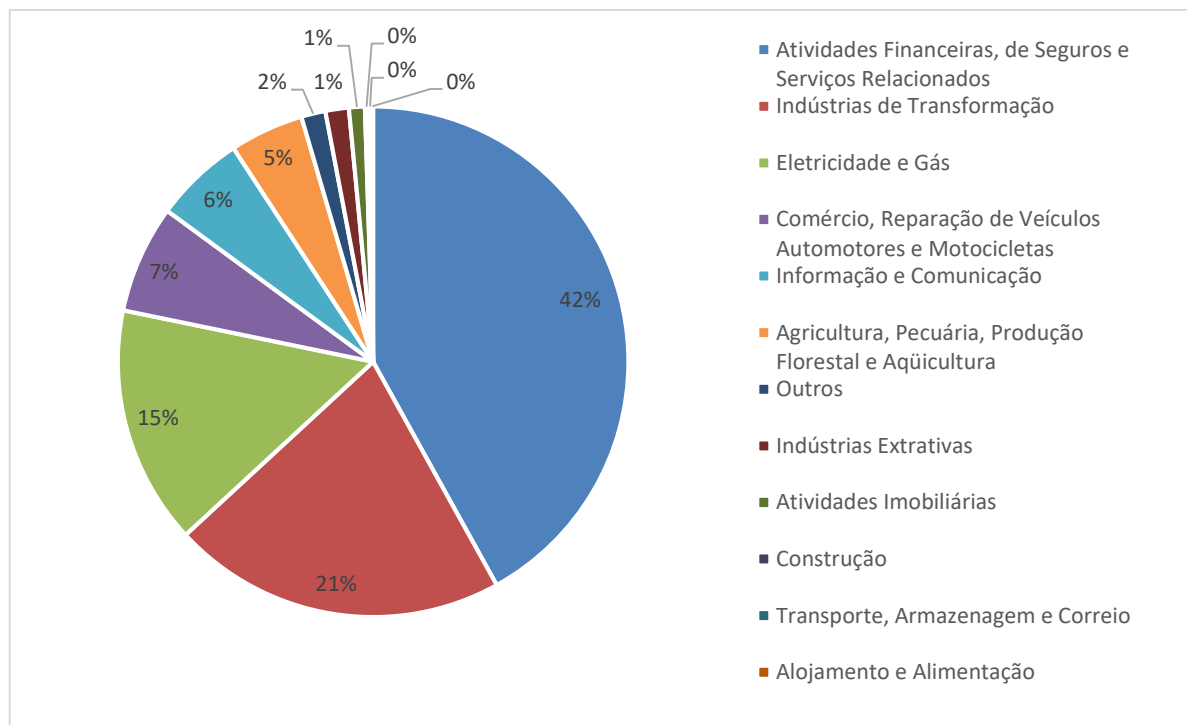
É possível observar que em todos os gráficos (exceto os do BCB, devido ao período de tempo restrito), o aumento abrupto da presença das empresas chinesas no Brasil aconteceu a partir de 2009, sendo que o patamar dos anos antecedentes é quase insignificante para a análise. Este fato pode ter sido, conforme Frischtak et al. (2012), resultado do crescimento significativo das movimentações dos comércios bilaterais entre os dois países nos últimos anos, que tornou a China como o maior parceiro comercial do Brasil, ultrapassando os Estados Unidos. Além do mais, a diminuição da capacidade do consumo populacional nos países desenvolvidos e a

desvalorização dos ativos das empresas nos diversos países, devido à crise financeira de 2008, poderiam ter também corroborado com o fato mencionado.

3.1.2 Distribuições setoriais dos investimentos chineses no Brasil

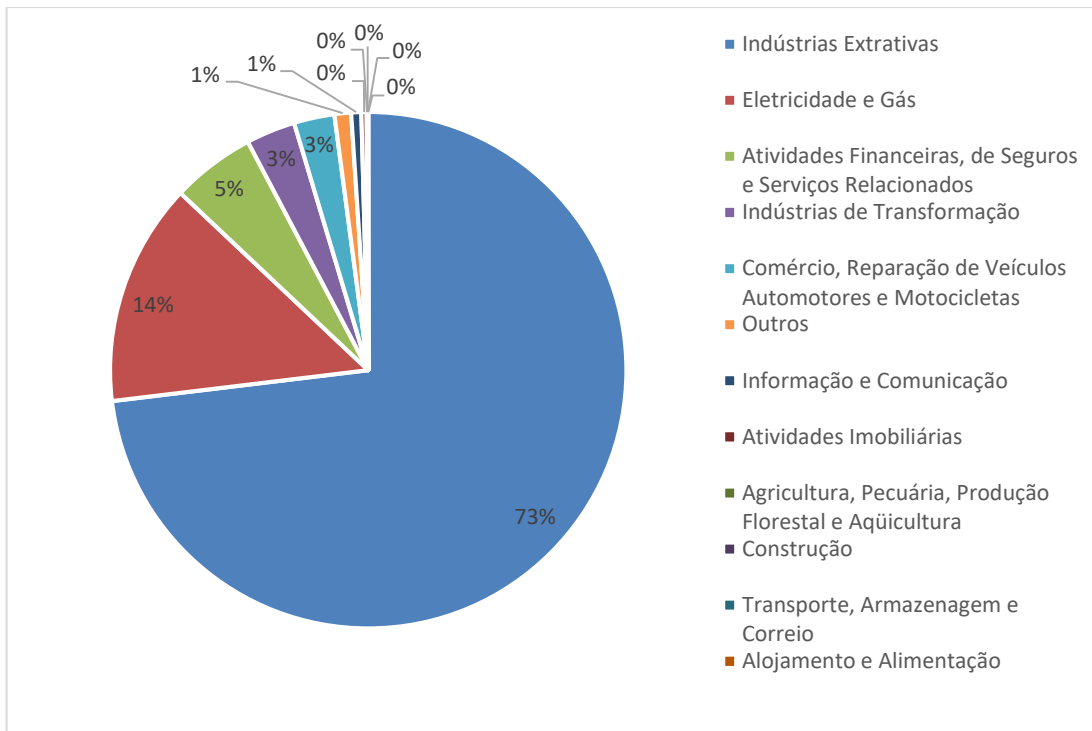
Nesta sessão, serão discutidos os dados estatísticos sobre a distribuição setorial dos investimentos das firmas chinesas no Brasil. Em vista disso, serão escolhidas duas fontes estatísticas como referências, sendo a oficial o Banco Central do Brasil e a não oficial o China Global Investment Tracker (Rastreador de Investimentos Chineses Globais). Os dados extraídos de ambas as fontes consistem no período entre 2010 e 2016, na qual os investimentos chineses apresentaram maior significância no que tange ao valor. É possível, desse modo, esclarecer o conhecimento sobre os setores que as firmas chinesas mais investem no Brasil.

GRÁFICO 13 – PARTICIPAÇÃO SETORIAL DE IDE CHINÊS NO BRASIL PELO CRITÉRIO DE INVESTIDOR IMEDIATO, NO PERÍODO ENTRE 2010 A 2016 (EM U\$ MILHÕES – DADOS DO BCB)



FONTE: Banco Central do Brasil (2018). Nota: Elaborado pelo autor

GRÁFICO 14 – PARTICIPAÇÃO SETORIAL DE IDE CHINÊS NO BRASIL PELO CRITÉRIO DE CONTROLADOR FINAL, NO PERÍODO ENTRE 2010 A 2016 (EM U\$ MILHÕES)



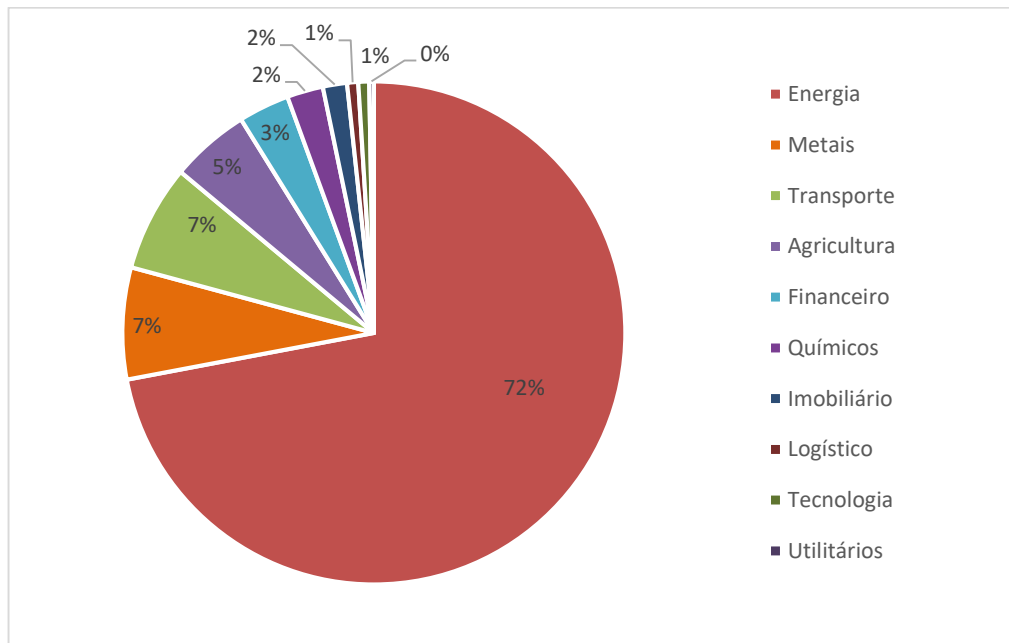
FONTE: Banco Central do Brasil (2018). Nota: Elaborado pelo autor

Ao comparar os dois gráficos, destaca-se a divergência entre a distribuição setorial pelo critério do investidor imediato e pelo do controlador final. No primeiro critério, os setores de atividade que mais concentraram o capital chinês consistem nas Atividades Financeiras, Seguros e Serviços Relacionados (42%) e Indústrias de Transformação (21%). Já no segundo, os ramos que receberam mais investimentos no período são das Indústrias Extrativas e Eletricidade e gás (14%). Isso pode ter sido o resultado da prática das canalizações dos investimentos pelo países intermediários, citado anteriormente na sessão 3.1.1, como por exemplo a entrada da Sinopec no Brasil através da compra da Repsol Brasil efetuado no Luxemburgo.

Apesar de diferentes resultados nos dois gráficos, foi concluído anteriormente que, na análise dos dados publicados pelo BCB, a maioria esmagadora dos capitais chineses que entram no Brasil é feita através dos países intermediários. Ou seja, mesmo que pelo critério do investidor imediato, os setores de Atividades Financeiras, Seguros e Serviços Relacionados e de Indústrias de transformação apresentem maior concentração de investimentos, a superação absoluta dos valores de investimentos pelo critério do controlador final torna esse fato irrelevante.

Sendo assim, a partir dessa análise, pode-se considerar que os setores econômicos que as firmas chinesas mais destinaram os seus investimentos no Brasil, são de Indústrias Extrativas e de Eletricidade e gás.

GRÁFICO 15 – PARTICIPAÇÃO SETORIAL DE IDE CHINÊS NO BRASIL NO PERÍODO ENTRE 2010 A 2016 (EM U\$ MILHÕES – DADOS DO CGIT)



FONTE: AEI (2018). Nota: Elaborado pelo autor.

É fato que, dentre as fontes estatísticas não oficiais, a que demonstra maior coerência e clareza na questão de divisão dos setores e subsetores é a base de dados do China Global Investment Tracker, sendo relevante trazê-la ao presente estudo.

Assim, depreende-se no gráfico que, entre os dez setores analisados, as transações dos investimentos chineses estão concentrados majoritariamente no setor de Energia (76%), o qual está longe de ser alcançado pelo setor de Metais (6%) - segundo ramo que mais recebeu capitais chineses.

Ainda segundo a base de China Global Investment Tracker, no setor de Energia está incluso as atividades extrativas do petróleo, carvão e gás e as de geração, transmissão e distribuição de energia. Partindo dessa perspectiva, juntamente com a análise da base do BCB, é possível concluir que o objetivo predominante dos ingressos das firmas chinesas no Brasil consiste hoje em extração de matérias primas, principalmente do segmento energético e metálico, entre estes o petróleo, gás e minério de ferro. Nesse contexto, as principais empresas que estão

atuando nesta área atualmente são: Sinopec e CNPC na extração de petróleo, WISCO e China Minmetals no ramo de mineração.

Além disso, o setor de geração alternativa, transmissão e distribuição de energia também têm um grande peso no segmento, sendo as firmas mais relevantes, entre outras a maior empresa de transmissão de energia no mundo - a State Grid, a BYD e a China Three Gorges, na atuação da produção da energia hidráulica.

Da Indústria extrativa petrolífera e metálica para a transmissão e distribuição de energia, a tendência dos investimentos das multinacionais chinesas no Brasil vivenciou uma mudança gradativa, no período entre 2010 e 2018. Segundo o relatório de investimentos chineses no Brasil, elaborado pelo CEBC (2017), de 2010 a 2015, a China priorizou os investimentos na busca pelos recursos naturais no Brasil, desenvolvendo as áreas ligadas diretamente às commodities, entre elas a petrolífera, mineradora e de agronegócios. A partir de 2014, essa concentração do capital foi transferindo aos poucos para os setores de serviço, priorizando o de transmissão e distribuição de energia e o financeiro.

3.2 ANÁLISE DO PERFIL DOS INVESTIMENTOS CHINESES NO BRASIL

A partir dos estudos no capítulo anterior, da trajetória de evolução e distribuição setorial dos IDE chinês no Brasil é possível desenvolver, de antemão, uma previa visão sobre os comportamentos dos tais investimentos. Todavia, ao se diferenciarem das empresas europeias e norte-americanas em relação aos investimentos no exterior, a internacionalização das multinacionais chinesas apresenta algumas peculiaridades e isso torna necessário uma análise mais profunda dos seus elementos caracterizantes. Portanto, este capítulo terá objetivo discutir, fundamentando pelas diversas visões teóricas, sobre o perfil e as principais características dos investimentos feitos por empresas chinesas no Brasil.

As discussões sobre o assunto giram em torno de três aspectos: primeiramente, serão discutidas as características destas empresas referente à estrutura de propriedade predominante. Em seguida, serão explorados os principais motivos pelos quais as firmas chinesas se comprometem ao ingressar no território brasileiro. Por último, serão investigadas as formas de entrada predominantes adotadas pelas multinacionais chinesas, para operar no mercado brasileiro.

3.2.1 Estrutura de propriedade das empresas chinesas

Verificando as empresas chinesas que se engajaram ao investir no exterior ao longo dos anos, é possível classificar estas em três grupos distintos: Central SOE (Central State Owned Enterprises), SOE (State Owned Enterprises) e empresas privadas. Para Castro et al. (2011), as Central SOE consistem nas grandes corporações diretamente controladas pelo governo central, tendo seu principal representante o conjunto de empresas selecionadas pertencentes aos setores estratégicos da economia chinesa, a chamada “Espinha Dorsal”, citada anteriormente no capítulo 2.

Essas corporações são supervisionadas pela State-Owned Assets Supervision and Administration Commission (SASAC), uma instituição com status de ministério, autorizada pelo Conselho de Estado a assumir as responsabilidades de investidor do patrimônio estatal através das Central SOE. As SOE, por sua vez, são as estatais não pertencentes ao governo central e sim a uma província ou cidade, possuindo uma maior autonomia administrativa, assim, é possível ter uma parte da empresa aberta ao capital público. Por fim, as privadas têm na sua estrutura de propriedade, a ausência do capital estatal ou 100% como capital privada.

Jabbour (2010) afirma que, entre 44 principais multinacionais chinesas que possuem maior grau de internacionalização no século XXI, 38 são estatais. Essa tendência não é tão diferente no Brasil. Conforme apresentado pelo relatório dos investimentos chineses do CEBC (2017), entre as 115 empresas chinesas que ingressaram no Brasil entre 2007 e 2016, 40 delas consistem em Central SOE, 41 delas SOE e 34 delas privadas. Ou seja, mais de 70% das firmas que investem no território brasileiro são constituídas pelos capitais estatais.

O fato de que a grande maioria das empresas chinesas investidoras no Brasil são constituídas por estatais pode ter sido o resultado da influência de diversos fatores. Primeiro, as empresas estatais como o braço direito das políticas centrais chinesas, agem quase uniformemente conforme os interesses estratégicos do governo. Isto é, com a expansão dos IDE chinês fomentado pela diretriz central “Go Global”, seja pela busca de recursos, seja pela busca de mercado, as multinacionais pioneiras que tomam frente do movimento são as do “time dos campeões nacionais”, incentivadas pelo próprio Estado.

Segundo Buckley et al. (2007), existem imperfeições no mercado de capitais na China que estas empresas podem explorar ao investir no exterior. Por exemplo, a disponibilidade do capital, a uma taxa abaixo de mercado por um tempo considerável, para as corporações estatais e a ineficiência do sistema bancário, no qual os potenciais investidores externos podem realizar empréstimos em condições favoráveis.

Por último, afirma Buckley et al. (2007), o fator institucional chinês favoreceu de forma imensa as estatais, considerando que estas empresas, ao receberem um alto nível de apoio governamental, possuem acesso privilegiado das matérias-primas, capitais de baixo custo, subsídios e outros benefícios. E, por outro lado, as corporações privadas encontram grandes dificuldades ao tentar investir no exterior, devido ao processo governamental de aprovação de projetos de IDE altamente burocrático, incentivando estas empresas optarem por canais informais ou ilegais de investimento, que podem distorcer os dados de IDE.

3.2.2 Motivação dos investimentos chineses

No modelo tradicional, desenvolvido pelo Dunning (1977), sobre os motivos que levam as empresas à internacionalização, destacam-se três fatores fundamentais: busca pelos mercados (*Foreign market seeking*), busca pela eficiência (*Efficiency seeking*) e busca pelos recursos (*Resource seeking*), incluindo os ativos estratégicos (*Strategic-asset seeking*). Esse corpo teórico serve, portanto, para entender e discutir a respeito das principais motivações pelas quais as multinacionais chinesas investem no Brasil e as particularidades destas, em comparação com as de outros países.

Dentre as três motivações, o principal determinante da busca pela eficiência consiste na exploração de baixos custos para as operações no país destino, especialmente de mão obra. Considerando o baixo nível do custo de mão obra na China, descarta-se preliminarmente esta motivação no presente estudo, concentrando na busca pelos recursos e pelos mercados.

Segundo UNCTAD (2006), sendo a motivação mais amplamente adotada globalmente pelos países, a busca pelo mercado é também, de longe, a estratégia mais comum entre os países em desenvolvimento no processo de internacionalização. Todavia, apesar da saída de diversas empresas do país em busca dos outros

mercados consumidores nos últimos anos, as multinacionais chinesas não tiveram, de início, as estratégias direcionadas à busca de mercados.

De acordo com Buckley et al. (2007), os investimentos chineses, fortemente moldados pelo ambiente institucional do país de origem, foram primeiramente direcionadas, em sua grande maioria, para a buscas de recursos no exterior, especialmente de matérias primas. Tendo em vista a necessidade do país de sustentar a veloz expansão das atividades industriais como a chamada a “Fábrica do Mundo” e de abastecer o consumo voraz do próprio mercado doméstico, com 1,3 bilhões de habitantes, as campeãs nacionais lideraram, desta forma, a criação de uma base internacional de fornecimento de matérias-primas, além da importação direta, constituída principalmente pelos países africanos, sul americanos e Austrália.

O Brasil, por sua vez, foi integrado nesta base a partir de 2009, quando a Wuhan Iron and Steel (WISCO), adquiriu 22% da brasileira MMX Mineração e, no ano seguinte, a Sinochem e Sinopec confirmaram as aquisições da Statoil e da Repsol respectivamente⁷. Assim, a China consolidou os seus interesses como investidor no território brasileiro, em primeiro lugar, concentrados nas atividades ligadas às commodities, principalmente como minério de ferro e petróleo.

A busca por mercados pelas firmas chinesas, como uma consequência lógica da política de exportação da China nos últimos anos (Vallim, 2012), teve tradicionais razões de suporte ao comércio, de acordo com Buckley et al. (2007). Para acessar as redes distintas de distribuição, facilitar as vendas dos produtores domésticos e reforçar as exportações chinesas para outros países com mercados em rápida expansão.

Conforme apontado por Oliveira (2010), ao acessar os mercados na qual possuem vantagens competitivas a serem exploradas, os investimentos chineses tomam, como preferência, aqueles que possuem características semelhantes aos da China, ou seja, os mercados com grande número de consumidores e em rápido crescimento.

A priori, justifica-se a entrada dos investimentos chineses no mercado brasileiro, iniciando com a indústria automotiva e de máquinas e equipamentos,

⁷ Em maio de 2010, a Sinochem confirmou a compra de 40% de ativos da produtora de petróleo Norueguesa Statoil, no Brasil e, em outubro do mesmo ano, a Sinopec adquire 40% de ativos da espanhola Repsol, também no Brasil.

liderados pela Chery Automotive e Sany Heavy Industry, respectivamente. E, mais tarde, as multinacionais chinesas avançaram gradativamente para os setores financeiro⁸, alimentício⁹, eletrodoméstico¹⁰ e de telecomunicações¹¹. Vale ressaltar que, nos últimos anos, a inserção das empresas no ramo de transmissão, como a State Grid, BYD e China Three Gorges, com investimentos massivos em compras de concessionárias, usinas e redes de transmissão, sinaliza, desta maneira, a mudança estratégica da direção dos investimentos chineses para os próximos anos.

3.2.3 Modo de ingresso dos investimentos chineses

Em relação à entrada de investimentos em um país, Castro et al. (2010) distingue três formas diferentes de operação:

a) Fusões & Aquisições – compra total ou parcial de empresas situadas no país por um investidor estrangeiro;

b) Joint Ventures – parcerias estratégicas entre empresas, que envolvem participação acionária das mesmas na criação de uma nova empresa com uma finalidade específica;

c) Greenfield – construção de instalações totalmente novas no país de destino por um investidor estrangeiro, que tem o controle total da construção e operação dos ativos.

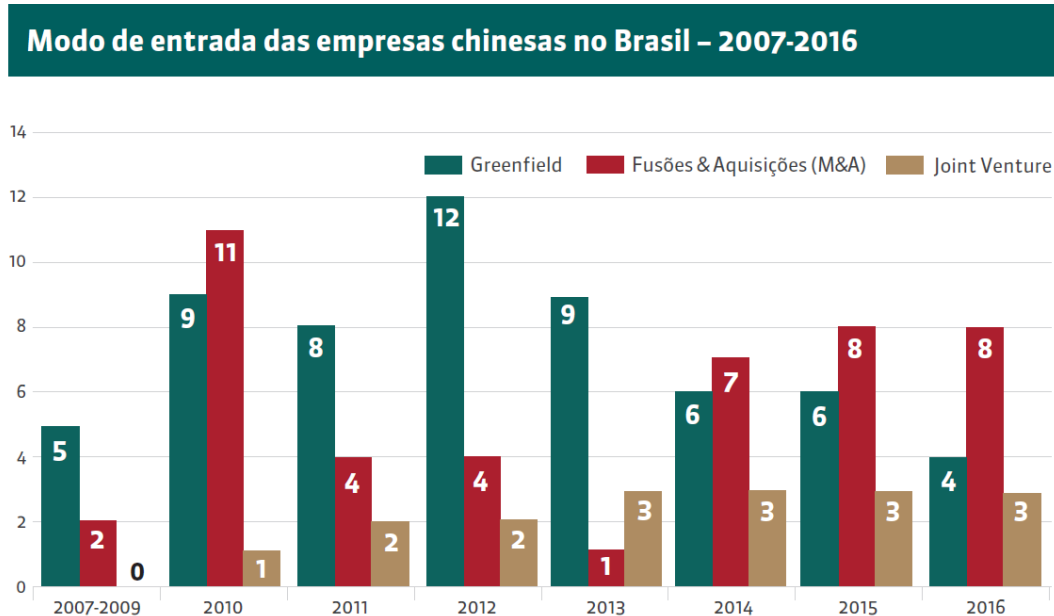
⁸ Representado pela entrada do China Construction Bank (CCB) pela compra de Bic Banco, a entrada do Fosun Group pela compra do Rio Bravo, a entrada do Haitong Bank e do Industrial and Commercial Bank of China (ICBC).

⁹ Liderada pela entrada COFCO, através das aquisições da Nidera e do Noble Group.

¹⁰ Representado pela Midea com a criação da submarca Spriger Midea.

¹¹ Representado pela entrada da Huawei e China Unicom.

GRÁFICO 16 – MODO DE ENTRADA DAS EMPRESAS CHINEAS NO BRASIL NO PERÍODO ENTRE 2007 A 2016



FONTE: CEBC (2017)

Conforme apresentado no Relatório dos Investimentos Chineses no Brasil (2017), elaborado pelo CEBC, as formas de entrada que predominam entre as firmas chinesas que ingressam no mercado brasileiro consistem em Greenfield (59 no período analisado) e Mergers and Acquisitions (M&A) ou Fusões e Aquisições (45 no período analisado). É possível perceber que a evolução das entradas das empresas na forma de M&A apresenta um formato oposto daquelas na forma de greenfield. O fato pode ter sido influenciado pelo ambiente econômico no período, considerando a repercussão da crise de 2008 e de 2014, o que facilitou as aquisições nas épocas da recessão no Brasil e dificultou a instalação das operações das empresas chinesas com o mercado retraído.

Vale ressaltar que, apesar de maior número de empresas optarem por ingressar pelo modo de greenfield, não significa que esta forma de entrada represente a realidade das firmas chinesas. Visto que, para Castro et al. (2011), em termo de valores, os investimentos chineses que ingressaram no Brasil pela M&A constituem mais de metade do total dos investimentos contabilizados. Ademais, para Child and

Rodrigues (2005), a M&A consiste no principal modo de entrada optada pelas empresas chinesas no mundo.

De acordo com Child and Rodrigues (2005), a maior parte das grandes aquisições chinesas são feitas pelas grandes corporações estatais em busca de recursos naturais. Dado que, pela forma de entrada pela aquisição, as empresas chinesas são capazes de acessar a reputação, rede de contatos, canal de distribuição, tecnologias e operações já consolidadas pela empresa adquirida, facilitando o processo de superação das desvantagens de não serem firmas nativas (Oliveira, 2010). Porém, conforme apontado por Child and Rodrigues (2005), ao realizar a aquisição, há riscos de enfrentar diferenças na cultura gerencial entre as firmas, podendo afetar a complementariedade e o reconhecimento das empresas como um todo.

Por outro lado, os ingressos por greenfield são, por sua vez, mais vantajosos no aproveitamento das particularidades da empresa, no local e na unificação do controle interno. No entanto, as empresas são forçadas a enfrentarem uma série de desvantagens por serem estrangeiras, necessitando superar, já de início, os gaps locais e culturais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No caminho da busca pela liderança estratégica no sistema mundo do século XXI, a expansão de IDE chinês tem se tornado um processo necessário e inevitável para o país encadear o reordenamento das antigas relações centro-periferia.

Ao longo das últimas décadas, o governo chinês tem elevado gradativamente a importância do papel dos investimentos no exterior na política externa da China, enfatizando a implantação das políticas de incentivo de saída das empresas chinesas, seja na parceria com as multinacionais estrangeiras, seja na busca de estabelecer-se diretamente no exterior.

Á vista disso, o presente trabalho procurou averiguar os múltiplos aspectos que os investimentos das empresas chinesas - principalmente aqueles realizados no Brasil - demonstram, com o objetivo de entender as particularidades por estes apresentados, a partir de óticas diferentes.

Da política de “Open Door”, na década 1970, até a determinação da diretriz “Go Global”, no final da década de 1990, a China passou por diversas reformas econômicas lideradas pela gestão Deng XiaoPing que, por dentro, reestruturou os setores internos estatais e as forças produtivas e, por fora, desenvolveu a abertura econômica progressivamente.

No entanto, em comparação com a entrada massiva do capital estrangeiro na China, a saída de IDE chineses, sendo fortemente controlado pelo governo, apresentava uma trajetória relativamente cautelosa. Nessa trajetória, apesar de ter apresentado um crescimento consistente, sofreu diversas quedas com as turbulências internas e externas.

A partir do início do século XXI, após o surgimento das “Campeãs Nacionais” como o resultado das reformas estatais e da mudança de diretriz, juntamente com a adesão da China na OMC e a criação do MOFCOM que permitiu a saída das empresas privadas a investirem no exterior, os investimentos chineses iniciaram o seu processo de crescimento explosivo. Dessa maneira, nas gestões Jiang ZeMin e Hu JingTao, os investimentos no exterior conquistaram um papel tão estratégico quanto do comércio exterior no desenvolvimento nacional, em vista da falta de recursos internos, da necessidade de novas tecnologias e do desejo de se inserir efetivamente no mercado global.

Após 2012, na gestão Xi Jinping, através do aprofundamento da abertura econômica e da política de “The Belt and Road”, os IDE se tornaram instrumento utilizado para expandir a influência chinesa na ordem mundial. Os grupos de multinacionais liderados pela “Espinha Dorsal” da China se engajaram de forma intensa nos diversos mercados no mundo, destinando investimentos massivos nos setores de interesse estatal, seja em busca de recursos, seja em busca pelo mercado.

Além disso, outras firmas da nova economia foram incentivadas a aderirem nesse processo também, criando a expertise nas formas de operações modernizadas e elevando a posição do país na cadeia global de valor. Dessa forma, caracteriza-se este cenário como uma nova etapa de desenvolvimento nacional e da política externa chinesa, assim como a relação da parceria bilateral Brasil-China.

As análises do segundo capítulo do trabalho, a partir das óticas estatísticas e teóricas, proporcionou uma visão abrangente do investimentos chineses no Brasil, em um contexto da influência institucional do país de origem.

Em primeiro lugar, foram averiguados os dados oficiais e não oficiais sobre a histórica de inserção das empresas chinesas no território brasileiro e foi possível observar, nas estatísticas, sendo ou não oficiais, que a maioria destas entradas concentraram no período após 2010. Ou seja, engajamento das firmas chinesas com o mercado brasileiro ocorreu intensamente após o estabelecimento diretriz “The Belt and Road”, determinando o Brasil, um dos integrantes da BRICS, como o ponto estratégico da expansão da influência chinesa no continente latino-americano.

Em seguida, com a análise dos dados setoriais destes investimentos, pode-se perceber uma concentração nos setores de indústrias extrativas, principalmente de petróleo e minério, demonstrando o interesse na busca de recursos naturais estratégicos no território brasileiro para suprir a deficiência interna de matérias-primas. Ademais, a participação significativa do segmento de eletricidade na composição setorial dos investimentos sinaliza, portanto, uma tendência de modificação dos interesses de investimentos futuros que pode enfatizar, em um peso maior, no mercado de transmissão, geração e distribuição de energia elétrica no Brasil.

Em segundo lugar, a investigação dos diversos elementos caracterizantes das empresas investidoras chinesas no mercado brasileiro, permitiu combinar as visões históricas desenvolvidas no primeiro capítulo com as observações da sessão 3.1 do trabalho, em um arcabouço teórico, para explorar de forma detalhada o perfil destas multinacionais no território brasileiro.

Assim, em decorrência das vantagens institucionais e as imperfeições dos mercados de capitais na China, foi observado que a maior parte das firmas chinesas que investem no exterior constituem as compostas pelo capital estatal. Com isso, as principais motivações que levaram estas corporações a investirem no exterior, particularmente no Brasil, consistem em busca por recursos e em busca de mercado. Em consonância com as conclusões da sessão 3.1, este fato justifica o interesse governamental no abastecimento da falta de recursos para atender o maior mercado consumidor do mundo e alimentar a voraz demanda do setor industrial chinês.

Além disso, foi indicado também uma mudança gradativa das motivações, nos últimos anos, decorrentes das entradas das grandes corporações da eletricidade, em busca dos mercados consumidores brasileiros. Finalmente, foram apresentadas as três formas de operações, nas quais destacam-se, no caso brasileiro, a de M&A e Greenfield, sendo a primeira predominante entre as grandes corporações chinesas devido à possibilidade de acessar as vantagens já acumulados pelas firmas adquiridas.

Dessa forma, no decorrer do trabalho, foi possível observar que, diferente das multinacionais europeias e norte-americanas, os investimentos das empresas chinesas possuem as características moldadas pela conjuntura institucional determinado pelo governo central da China. Como descritas nas palavras de Jabbour (2010, p. 249): “Tudo altamente planejado e em concordância com os objetivos traçados pelo Estado. As multinacionais chinesas são a extensão da própria política externa do país”.

Considerando o Brasil como um dos alvos estratégicos no planejamento da expansão chinesa e o processo de transição, na forma e nos setores de atuação das empresas chinesas no Brasil, apesar de inúmeros desafios que estes investimentos enfrentam, existem hoje inúmeras oportunidades a serem explorados pelos dois lados. Portanto, espera-se que o governo brasileiro possa delinear estratégias e políticas que permitem o aprofundamento das parcerias bilaterais, ajudando tais empresas superar os desafios no mercado brasileiro e maximizando os benefícios, que os dois países possam usufruir nesse processo da expansão dos investimentos chineses.

REFERÊNCIAS

- AEI - American Enterprise Institute. China Investment Tracker. Disponível em: <www.aei.org/china-global-investment-tracker>. Acesso em: 15 de outubro de 2018.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. Censo de capitais estrangeiros no País. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/rex/censoCE/port/censo.asp?idpai=cambio>>. Acesso em: 20 de agosto de 2018.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. Relatório de Investimento Direto no País. Brasília: 2018. Relatório técnico.
- BUCKLEY, P. J., CLEGG, J. L., CROSS, A. R., VOSS, H., RHODES, M., & ZHENG, P. The Determinants of Chinese Outside Foreign Direct Investment. [S.L]: Journal of International Business Studies, 499-518, 2007.
- CASTRO, A; Soares, A; da Silva, E. Investimentos Chineses no Brasil - Uma nova fase da relação Brasil-China. Relatório de Pesquisa, Conselho Empresarial Brasil China, 2011.
- CEBC. Boletim de Investimentos Chineses no Brasil 2012-2013. Rio de Janeiro: CEBC, 2014.
- CEBC. Investimentos chineses no Brasil 2016. Rio de Janeiro: CEBC, 2017.
- CHILD, J; RODRIGUES, S. The internationalization of Chinese firms: a case for theoretical extension. [S.L]: Management and Organization Review, 318-344, 2005.
- CHINA POLICY. China going global between ambition and capacity. Beijing: China Policy, 2017.
- DALTRINI, M. B. O Papel das Empresas Estatais no Desenvolvimento da China: 2006. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado em Economia, Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.
- FRISCHTAK, C, SOARES, A, AND O'CONORT, T. Uma análise dos investimentos chineses no Brasil: 2007-2012. Rio de Janeiro: CEBC. 2013.
- IMF – Internacional Monetary Fund. World Economic Outlook. Inflation rate, end of period consumer prices. Disponível em: <www.imf.org/external/datamapper>. Acesso em: 20 de outubro de 2018.
- JABBOUR E. M. K. Projeto nacional, desenvolvimento e socialismo de mercado na China de hoje. São Paulo: Tese de Doutorado em Geografia Humana do Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, 2010.
- KUPFER, D, FREITAS, E. F. R. Direções do Investimento Chinês no Brasil 2010-2016: Estratégia Nacional ou Busca de Oportunidades. Rio de Janeiro: UFRJ, Instituto de Economia, Grupo Indústria e Competitividade/IBRACH, 2018.

MOFCOM - Ministério de Comércio da China. Statistical bulletin of China's outward foreign direct investment. Disponível em: < www.mofcom.gov.cn>. Acesso em: 02 de novembro de 2018

NOLAN, P. China and the Global Economy: National Champions, Industrial Policy and the Big Business Revolution. New York: Palgrave, 2001.

OLIVEIRA A. L. S. D. O investimento direto das empresas chinesas no Brasil: um estudo exploratório. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado em Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção, COPPE, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.

OLIVEIRA, H. A. D. A Crise Asiática e a China. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 1999.

Red ALC - Rede Acadêmica de América Latina e Caribe sobre China. Chinese OFDI in Brazil at company level (2003-2017). Disponível em: < <http://www.redalc-china.org/monitor/informacion-por-pais/busqueda-por-pais/29-brasil>>. Acesso em: 12 de outubro de 2018

SERRA A M. China: as reformas económicas da era pós-Mao. [S.L]: Administração, 449-495, 1997.

UNCTAD - United Nations Conference on Trade and Development. Bilateral FDI Statistics (2014). Disponível em: <<http://unctad.org/en/Pages/DIAE/FDI%20Statistics/FDI-Statistics-Bilateral.aspx>>. Acesso em: 08 de outubro de 2018.

UNCTAD - United Nations Conference on Trade and Development. UNCTAD STAT. Disponível em: <unctadstat.unctad.org/EN>. Acesso em: 20 de setembro de 2018.

UNCTAD - United Nations Conference on Trade and Development. World Investment Report. Disponível em: <<http://www.unctad.org/Templates/Page.asp?intItemID=1465>>. Acesso em 25 de novembro de 2011.

VALLIM, R. B. Investimentos Externos Diretos da China no Resto do Mundo. Rio de Janeiro: Monografia de Graduação Bacharelado em Economia, Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.

ZEMIN J. Jiang Zemin wenxuan: Selected Works of Jiang Zemin. Beijing: Renmin Chubanshe, v.3, 2006.

ZHANG Y. What Explains Inflation in China. The Hague: Dissertação de Mestrado em Economia de Desenvolvimento, International Institute of Social Studies, 2016.

